

ENTREVISTA

com Keila Grinberg

Por Hevelly Acruche

Revista Cantareira [RC]: Como começou seu interesse pelos estudos sobre escravidão?

Keila Grinberg [KG]: Meu interesse pela escravidão teve início pela minha experiência como bolsista de iniciação científica da Hebe Mattos, professora da UFF, que então fazia seu doutorado. Eu era responsável por ler e fichar ações de liberdade no Arquivo Nacional e fiquei encantada com estes documentos, com a possibilidade de escravos processarem senhores nos tribunais. Ao mesmo tempo, achava a escravidão algo tão absurdo – como alguém podia ser dono de alguém, como era possível alguém comprar, vender, alugar uma pessoa – que queria tentar entender como, apesar deste absurdo, a escravidão existiu em praticamente todas as sociedades humanas. Queria, e ainda quero, entender este fenômeno.

RC: Alguns de seus trabalhos têm Liberata e Antônio Pereira Rebouças como personagens. Como essas figuras contribuíram para as pesquisas sobre escravidão?

KG: Estudar a vida destas pessoas me ajudou a compreender a diversidade da experiência humana no âmbito do universo escravista. Liberata foi uma mulher que, no início do século XIX, processou seu senhor para conseguir a liberdade, e acabou conseguindo a alforria através de um acordo privado. Antonio Pereira Rebouças, filho de pai português e mãe liberta, nascido pobre, foi um dos maiores especialistas em direito civil do Brasil oitocentista. Ambos desafiam a visão tradicional, que ainda persiste nos dias de hoje, sobre a sociedade escravista.

RC: Na sua opinião, qual a importância das chamadas histórias regionais nos estudos de escravidão no Brasil?

KG: As chamadas histórias regionais são muito importantes, já que elas também nos ajudam a compor um quadro complexo da escravidão brasileira. Já não é novidade para ninguém que é impossível estudar a escravidão apenas do ponto de vista de um suposto centro, como o Rio de Janeiro. Agora, é fundamental também que as “histórias regionais” não se bastem apenas com a região, sem estabelecer as conexões entre os contextos mais amplos. É preciso integrar as escalas de observação e análise.

RC: É possível relacionar esse fenômeno com a interiorização maior das universidades? Em que medida podemos afirmar que estamos abrindo “fronteiras historiográficas” ao

vermos o crescimento das universidades no interior do país?

KG: Certamente a existência de universidades no interior do país contribui para o desenvolvimento de pesquisas em arquivos locais. Isto é importantíssimo, não apenas porque abre as chamadas “fronteiras historiográficas”, mas também porque permite que os historiadores destas universidades criem maneiras de contribuir para a salvaguarda de documentos escritos, para a sensibilização da sociedade e de autoridades para a importância destes documentos, e para a criação de iniciativas como a constituição de arquivos baseados em fontes como entrevistas e imagens. Na UNIRIO, os nossos pólos do curso de licenciatura a distancia em História estão começando a desenvolver seus laboratórios e projetos de preservação e uso da documentação local. A contribuição destes grupos para a pesquisa histórica no estado do Rio de Janeiro será fundamental.

RC: É produtivo comparar os sistemas escravistas na América para compreender melhor o desenvolvimento de processos históricos como o tráfico negro e a abolição da escravidão?

KG: Sem dúvida. A comparação é sempre produtiva, na medida que é impossível entender a constituição das redes do tráfico, o processo de abolição da escravidão no Brasil sem acompanhar a maneira como outros lugares das Américas vivenciaram o mesmo processo. Tão importante quanto comparar, no entanto, é perceber a dimensão integrada destes processos. No momento, a integração, a interconexão entre estes processos me interessa tão ou mais do que a comparação propriamente dita.

RC: E como surgiu seu interesse pelas regiões de fronteira?

KG: Surgiu há muitos anos atrás, quando eu ainda lia as ações de liberdade no Arquivo Nacional. Eu encontrei alguns processos muito específicos, todos localizados na fronteira sul do Brasil, em que os autores apresentavam os mesmos argumentos: que haviam cruzado a fronteira com o Uruguai, pisado em solo livre – já que a escravidão já havia sido abolida lá -- e retornado ao Brasil. Como haviam estado em um lugar onde não havia mais escravos, eles também não poderiam mais ser considerados escravos. E como a lei de 7 de novembro de 1831, a primeira que proibiu o tráfico de escravos, não permitia a entrada de escravos no país, eles deveriam ser considerados livres. Na época, eu achei o argumento interessantíssimo, e guardei o assunto para estudar depois. É o que estou fazendo agora. Retornando ao tema, encontrei não apenas muitos outros processos como estes, mas também ações criminais contra seqüestro e escravização de pessoas livres, intensa correspondência diplomática a respeito da passagem de escravos pelas fronteiras etc. Daí começou meu interesse, que hoje eu chamaria de uma história social das relações internacionais do Brasil no século XIX.

RC: Você pensa em trabalhar com outros espaços hispano-americanos?

KG: Atualmente, a pesquisa engloba Uruguai, Argentina e Peru, embora só os resultados do Uruguai estejam sendo publicados por enquanto. Ainda há muito o que pesquisar...!

RC: É possível relacionar os distintos espaços fronteiriços do continente americano tendo a escravidão como um fio condutor de análise?

KG: Certamente, e há vários historiadores fazendo isso. Um exemplo é o livro “Provas de Liberdade”, de Rebecca Scott e Jean Hebrard (Editora da Unicamp, 2015), no qual as fronteiras entre Saint Domingue, Cuba, Louisiana foram analisadas a partir da trajetórias de pessoas que, de diferentes maneiras, viveram sob a escravidão. É interessante pensar como, ao longo do período de existência da escravidão nas Américas, alguns espaços foram se constituindo como

territórios de escravidão, onde o regime de trabalho escravo era legalizado. Ao longo do século XIX, as fronteiras entre a escravidão e a liberdade foram ganhando novos significados, em suas dimensões jurídicas, políticas, simbólicas e físicas.

RC: A professora Stefania Capone escreveu recentemente um livro infanto-juvenil que trata de intolerância religiosa. Como a senhora avalia a divulgação do conhecimento histórico para o grande público em relação a temas mais recentes, como a história pública, história digital, ensino de história?

KG: A divulgação do conhecimento histórico para o grande público é uma parte essencial do nosso trabalho como historiadores e, ao mesmo tempo, um grande desafio. É impossível, hoje em dia, pensar a produção deste conhecimento sem incluir a reflexão sobre a maneira como ele chegará à sociedade em geral. Não significa que todos os historiadores devam necessariamente abraçar a causa da divulgação. Mas significa que o campo da História não pode dar as costas para a sociedade, que nós não podemos escrever apenas para os nossos pares. Como fazer isto sem simplificar demais? Como escrever sobre temas históricos de maneira interessante? Como ensinar? O que ensinar? Estas questões estão hoje na raiz do trabalho dos historiadores, e é ótimo que seja assim.